



PRODUTOS COM TIPICIDADE TERRITORIAL, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: o potencial de experiências consolidadas inspirarem a trajetória de realidades assemelhadas¹

**Valdir Roque Dallabrida
Marcelo Augustín Champredonde
Jairo Marchesan**

Resumo

O selo Indicação Geográfica (IG) é o estatuto conferido a um produto de determinado território que apresente uma qualidade específica, ou seja, especificidade territorial. Alguns territórios se distinguem por terem engendrado historicamente processos de especificação ou diferenciação de recursos territoriais. Outros permanecem, principalmente, fornecedores de produtos na forma de *commodities* aos complexos agroindustriais. Para o primeiro caso, o exemplo mencionado é o do Salame de Colonia Caroya, na Argentina, exemplo de especificação ou diferenciação de recursos territoriais, diferentemente da região do Meio-Oeste Catarinense, reconhecida pela produção e industrialização de produtos cárneos suínos. O objetivo do estudo do qual resulta este texto foi fazer a caracterização e avaliar o potencial de experiências consolidadas de IG inspirarem a trajetória de realidades assemelhadas. Espera-se contribuir no debate sobre a importância da especificidade e tipicidade territorial, como condição para se constituir experiências de IG e suas implicações de ordem teórica e prática. Metodologicamente, o texto resulta de estudos documentais, visitas de observação aos lugares referidos e entrevistas com atores envolvidos em tais experiências. Conclui-se que a experiência de Colonia Caroya, considerados seus aspectos positivos, pode inspirar processos de organização territorial, como o caso do Meio-Oeste Catarinense e a partir dos desafios históricos e atuais, apontar limites, possibilidades e contradições de processos com esta natureza.

Palavras-chave: Indicação Geográfica. Tipicidade Territorial. Colonia Caroya. Meio-Oeste Catarinense. Desenvolvimento Territorial.

1 Introdução

A atribuição do estatuto da Indicação Geográfica (IG) a um produto de determinado território está condicionada à possibilidade do mesmo apresentar uma qualidade específica (objetivável ou simbólica) vinculada ao território, dando-lhe especificidade territorial. No caso da legislação brasileira, o estatuto da IG pode ser atribuído a um local que seja reconhecido pela produção de um produto diferenciado,

¹ Reflexões inseridas na execução do Projeto de Pesquisa *Signos Distintivos Territoriais e Indicação Geográfica: um estudo sobre os desafios e perspectivas como alternativa de Desenvolvimento Territorial*, envolvendo pesquisadores de universidades do Brasil, Espanha, Portugal e Argentina, durante os anos de 2014 a 2017, com apoio do CNPq (Brasil).



ou até serviços, o que gera conflito com a legislação de outros países². Como norma internacional, a legislação de cada país, deve seguir protocolos internacionais, em especial referentes ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, ou Acordo TRIPS, articulado pela Organização Mundial do Comércio. No Brasil, o principal instrumento legal é a Lei 9.279/96, com atualizações posteriores.

Pela sua trajetória socioeconômica e cultural, alguns lugares, sejam eles pequenas localidades, municípios, regiões ou territórios, distinguem-se frente aos demais por terem engendrado historicamente processos de especificação ou diferenciação de recursos territoriais. Assim, como decorrência, lugares passam a serem reconhecidos pela notoriedade conquistada por alguns produtos, numa associação virtuosa entre a tradição histórico-cultural de um povo, o território e o produto. A atribuição do estatuto da IG (no caso do Brasil), ou figuras jurídicas assemelhadas em outros países, serve para a resignificação, ampliação da notoriedade e reconhecimento nacional e internacional de território e produto com especificidade. Outros lugares, apesar de serem reconhecidos, nacional e até mundialmente, por trajetórias socioeconômicas associadas à produção de determinado produto, não priorizaram processos de especificação ou diferenciação de recursos ou ativos territoriais, inserindo-se no mercado nacional e internacional na forma de fornecedores de *commodities* aos grandes complexos agroindustriais. Outros ainda, não se enquadram em nenhuma das duas situações, em geral, envolvendo-se em atividades econômicas pouco integradas ao mercado.

Tanto os lugares envolvidos em processos de especificação ou diferenciação de recursos territoriais, quanto os fornecedores de produtos na forma de *commodities* aos grandes complexos agroindustriais, em geral, apresentam um maior dinamismo socioeconômico, comparativamente aos que se restringem ao envolvimento em atividades produtivas marginais para o mercado³. No entanto, em cada um dos recortes territoriais, os impactos no desenvolvimento são diferenciados.

² O debate sobre Indicação Geográfica no Brasil, com seus avanços e desafios, compreende uma extensa literatura. Por isso, não merecerá aqui aprofundamento. Sugerem-se algumas obras recentes aos interessados no tema: Locatelli (2016); Sacco dos Anjos e Caldas (2014); Niederle (2013).

³ Para a primeira situação, ver publicações, nas quais constam textos que avaliam e analisam experiências do Brasil e outros países: Dallabrida (2016a; 2014; 2013); Dallabrida, Tabasco e Pulpón (2016). Em relação aos desafios de lugares fornecedores de produtos na forma de



Neste texto, toma-se como referência para a reflexão, duas situações para análises, ambas no setor de produtos cárneos de suínos, que, ao mesmo tempo apresentam características assemelhadas, no entanto, têm trajetórias diferenciadas: (i) uma experiência de especificação ou diferenciação de recursos territoriais, o caso da Indicação Geográfica *Salame Típico de Colonia Caroya*, da municipalidade de Colonia Caroya, província de Córdoba, Argentina; e, (ii) o caso da região Meio-Oeste Catarinense, no Estado de Santa Catarina (Brasil). O objetivo, além da caracterização, foi avaliar o potencial de experiências consolidadas de IG inspirarem a trajetória de realidades assemelhadas.

Metodologicamente, o texto resulta de estudos documentais, visitas de observação aos lugares referidos e entrevistas com atores envolvidos em tais experiências. No caso da Argentina, um dos autores tem acompanhado o processo de estruturação da experiência. Já em relação ao caso brasileiro, dois dos autores participam de discussões locais que ocorrem na região desde 2014.

Considerando uma perspectiva de promoção do desenvolvimento territorial, a concepção e análise dos processos de especificação ou diferenciação de recursos territoriais requerem enfoques teóricos e metodológicos adaptados a este fim, devendo ser considerados os aspectos identitários, culturais, sociais, econômicos, técnicos e meio-ambientais (CHAMPREDONDE e GONZÁLEZ COSIROVSKI, 2016). Assim, a fundamentação teórica revisita o debate sobre território e temas concexos.

Além dessas considerações introdutórias, o texto compreende: (i) o referencial teórico; (ii) a caracterização da experiência de Indicação Geográfica *Salame Colonia Caroya* e (iii) a descrição de aspectos socioeconômicos do Meio-Oeste Catarinense, além de ressaltar a iniciativa recente de recuperação da tradição de produção de produtos cárneos suínos; (iv) reflexões preliminares, focadas na identificação das similaridades e diferenciais quanto à produção de produtos cárneos suínos em *Colonia Caroya* Meio-Oeste e no Oeste Catarinense; por fim, (v) fazem-se considerações sobre o potencial de experiências consolidadas inspirarem a trajetória de realidades assemelhadas, referindo-se aos dois casos referidos.

Espera-se, com a presente reflexão, contribuir no debate sobre a importância da especificidade e tipicidade territorial, como condição para se constituir experiências

commodities aos grandes complexos agroindustriais, ver reflexões preliminares em Dallabrida et al. (2016; 2014).



de Indicação Geográfica e suas implicações de ordem teórica e prática. Em especial, ao se apresentar uma experiência solidificada como Colonia Caroya, com caracterização de sua trajetória, ao mesmo tempo, tem-se a intenção de demonstrar em que medida os aspectos positivos da experiência podem inspirar processos de organização territorial em realidades assemelhadas, como o caso do Meio-Oeste Catarinense, e a partir dos desafios históricos e atuais, apontar limites, possibilidades e contradições de processos com esta natureza.

2 Uma base teórica para se referir às questões territoriais

Entende-se ser fundamental retomar o debate sobre as questões territoriais, em especial, sustentado em argumentos de autores da Geografia que, em obras recentes, apregoaram o retorno ao território. Refere-se, inicialmente a duas publicações, *O retorno do território* (SANTOS, 1994) e *A guinada territorial da economia global* (PECQUEUR, 2009). Os dois autores destacaram a necessidade de revalorização da dimensão territorial. Santos propunha a construção de novas horizontalidades, que permitissem encontrar novos caminhos o espaço de todos a partir da base da sociedade territorial. Já Pecqueur, fazia menção à possibilidade de avançar da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora, ou seja, transformar as especificidades territoriais, consideradas usualmente vantagens comparativas, em vantagens diferenciadoras.

Assim, inicialmente é importante explicitar a noção contemporânea de território, com base, na literatura geográfica, pois é neste meio que se constituem as relações entre as pessoas e destas com a natureza, constituindo-se na dinâmica territorial.

2.1 Território, territorialidade e identidade territorial

Generalizando, é possível afirmar que predominam duas concepções sobre território, uma mais tradicional e outra contemporânea. Na concepção tradicional, predomina o significado de território como a área espacial sobre a qual um determinado estado tem jurisdição (no caso do Brasil, nas diferentes esferas da federação, municipal, estadual e federal), como área dependente de uma nação, província ou localidade, ou jurisdição, sobre a qual o Estado exerce sua soberania. A



segunda, mais contemporânea, que concebe o território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se expressam relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais. Trata-se de uma concepção integradora e relacional de território, lugar de expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais e coletivas (SAQUET, 2015; FUINI, 2017; DALLABRIDA, 2016b).

Segundo Saquet (2015), devemos pensar o território como algo produzido através de ações humanas em determinado espaço físico, que geram novas formas de territorialização e de desterritorialização, modificando o espaço em algo que pode ter um caráter de inclusão ou exclusão territorial. Por outro lado, segundo o autor, o território é condição para a reprodução social e campo de poder que envolve desde edificações até relações sociais historicamente constituídas. E complementa Saquet, afirmando que o território pode ser concebido também como espaço de mobilização, organização, luta e resistência política.

Por fim, Magnaghi (2010) ressalta que o território não é um mero instrumento passivo e suporte de exploração pelas atividades produtivas. É fruto de uma relação sinérgica entre as dimensões ambiental, antrópica e socioeconômica, que requer um diálogo constante referenciado no entendimento de que o território é um ser vivente de alta complexidade.

Partindo dessa concepção, o território é espaço de relações que se mesclam entre formas de disputa de poder, logo conflituosas, ou de cooperação, pois é onde se expressam as diferentes formas de pensar e agir das pessoas. Assim sendo, os processos de gestão do território são complexos, pois precisam integrar associativamente não apenas a ação do Estado, também as representações da sociedade e do mercado (DALLABRIDA, 2016b)⁴.

Decorrente do conceito território e de sua acepção, temos a noção de territorialidade. Resumidamente, a noção de territorialidade contribui para a construção do sentimento de pertencimento a um determinado território, do que decorre a identidade territorial. A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo. Assim, nas territorialidades e nos territórios, existem relações de poder, redes de

⁴ Tais processos de gestão são chamados pela literatura contemporânea como processos de governança territorial. Dallabrida (2015) concebe governança territorial como um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais.



circulação e comunicação, controle de recursos naturais, entre outros componentes, que indicam relações sociais entre sujeitos e destes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente. Essas relações de poder se fazem presentes no cotidiano, através das relações econômicas e sociais, constituindo-se na dinâmica territorial do desenvolvimento (SAQUET, 2015).

Em síntese, a territorialidade refere-se a todas as ações diárias que os atores de um território realizam com o fim de sobrevivência, de buscarem concretizar seus desejos e expectativas, melhorarem suas condições de vida, efetivando ações que possam transformar a realidade para melhor, sempre que possível e recomendável, integrando a dinâmica territorial e global (DALLABRIDA, 2016b).

Já a identidade territorial é o elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional, pois seus traços e características estão ligados ao meio físico, à cultura, às relações sociais e econômicas, enfim, ao patrimônio territorial (DALLABRIDA, 2016b). Refere-se tanto à dimensão social, como a físico-natural (tipo de paisagem) e cultural (tradições e valores), envolve o patrimônio identitário, ou seja, o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas. Tais elementos identitários podem ser decompostos em projetos e programas de desenvolvimento, em cada território (SAQUET, 2015). Quanto aos possíveis impactos da identidade territorial no processo de desenvolvimento, há a tendência que contribua a reforçar as normas, os valores éticos e comportamentais localmente compartilhados, além de contribuir para melhorar a transferência do saber entre as gerações. Das reflexões dos autores, é possível concluir que há uma intrínseca relação entre identidade e território.

2.2 Ativos e recursos territoriais e o patrimônio territorial

Ativos territoriais são fatores em atividade, enquanto que os recursos são fatores a explorar, organizar, a revelar, ou ainda, não utilizados plenamente. É possível e necessário distinguir ativos e recursos, como genéricos e específicos. Os genéricos se definem pelo fato de que seu valor é um valor de troca, estabelecido pelas flutuações do mercado, não dependendo da dinâmica local de produção. Em oposição, os específicos, a teoria indica que seu valor resultaria das condições de seu



uso, estando atrelado à dinâmica local de produção, sendo, portanto, bens intransferíveis. Os ativos ou recursos específicos se originam de processos interativos que ocorrem no território (PECQUEUR, 2005).

Quanto à referência aos recursos e ativos territoriais, com sentido assemelhado, outros autores referem-se aos recursos e valores territoriais, como a qualificação positiva atribuível a um produto, um serviço ou a um espaço de vida, assumido coletivamente pela população local, com reconhecimento externo. Nesse contexto, se define valorização como o processo que contribui para atribuição de valores positivos a um determinado recurso ou produto (BUSTUS CARA, 2004).

A partir dessas argumentações, fica o indicativo de que o desafio das estratégias de desenvolvimento está em se apropriar dos recursos específicos e buscar o que possa se constituir no potencial identificável de um território, o que exige um processo de especificação ou ativação de recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos (PECQUEUR, 2005). A efetividade dessa perspectiva tem relação direta com as capacidades dos grupos quanto sua organização e elaboração de um projeto político de desenvolvimento sustentado nas especificidades territoriais (DALLABRIDA, 2016b).

Avançando no debate, é possível dizer que os recursos e ativos territoriais, sejam eles genéricos ou específicos, materiais ou imateriais, formam um conjunto de elementos que constituem o que está sintetizado na acepção de patrimônio territorial. É fundamental um esclarecimento: o que aqui é concebido como patrimônio territorial, em geral, pela literatura é referido com o conceito capital territorial. Justifica-se a substituição, com base em autores da Escola Territorialista Italiana, como Alberto Magnaghi⁵.

Sobre capital territorial, Camagni (2009) utiliza a expressão para referir-se à variedade de bens territoriais, tangíveis e intangíveis, de natureza privada, pública ou mista, presente nos territórios. O capital territorial cumpriria um papel importante na definição do desempenho econômico.

Magnaghi (2005b) aponta que é preciso compreender a concepção territorialista do conceito de patrimônio territorial, como um sistema de relações sinérgicas entre qualidade e peculiaridade do ambiente físico (clima, flora, fauna, aspectos geomorfológicos e hidromorfológicos), do ambiente construído (estrutura e

⁵ Conforme proferido, em especial, em duas obras: Magnaghi (2000; 2005).



infraestruturas de longa data, técnicas e materiais, morfologia urbana e territorial, características da paisagem) e do ambiente antrópico (modelos socioculturais, peculiaridades linguísticas, características do meio social).

Sintetizando, assume-se a concepção de patrimônio territorial como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados, de um determinado território, compreendendo o patrimônio produtivo, natural, humano e intelectual, cultural e institucional. Os componentes do patrimônio territorial são imperativos para o reconhecimento do território. Trata-se de identificar ou reconhecer os valores e atributos do território, como capazes de apoiar e revalorizar os aspectos singulares, considerando um mundo cada vez mais tendente à homogeneização (DALLABRIDA, 2016b).

2.3 Especificidade e tipicidade territorial

A etimologia do vocábulo específico remete ao vocábulo latino *Specificus*, composto por duas raízes: *species*, de espécie e *ficus*, de saber ou conceber. Conceber espécie implica, então, poder identificar as particularidades de um produto que o fazem único e que o diferenciam de outros similares. Se considerarmos que a qualidade específica de um produto local está composta por variáveis objetiváveis e subjetivas, devemos considerar situações referentes ao "tipo" de qualidade específica de dito produto. Isto nos conduz a diferenciar produtos com imersão ou enraizamento territorial daqueles com tipicidade territorial. Os primeiros correspondem a produtos ligados por atividades produtivas com longa tradição no território e cuja presença é considerada tradicional localmente. A diferença com os produtos com tipicidade territorial é que os primeiros não possuem uma qualidade objetivável e os segundos sim (CHAMPREDONDE, 2016). Por exemplo, existem bacias leiteiras com longa tradição, por exemplo, em Vila María, Tandil, etc. (Argentina), em que a atividade leiteira está muito arraigada localmente, desde há mais de um século, no entanto, nestas localidades não existe um produto particular do território.

Em contrapartida, um produto com tipicidade territorial é um produto com perfil próprio, único e diferente de outros similares. Essa qualidade específica se deve à influência de fatores territoriais. Nesse sentido, a tipicidade pode ser definida como a conjugação de múltiplas propriedades: de pertencimento a um tipo, baseado em



saberes reconhecidos, e construída sobre a especificidade do tipo (CHAMPREDONDE, 2016). Por fim, ressalte-se que a tipicidade territorial resulta de acordos entre os atores locais.

Benko e Pecqueur (2001), referindo-se aos recursos específicos, afirmam que as perspectivas de criação de riquezas estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de emergência de recursos. O desafio está na forma como os territórios capitalizam, ou não, isso a seu favor. Pecqueur (2008) afirma que, considerando a linearidade de produtos genéricos de qualidade diferente, mas comensuráveis, as produções encontram-se entregues a uma concorrência na qual somente as economias com baixo custo de produção (com domínio equivalente das tecnologias) podem triunfar. Neste caso, sugere o autor, que a saída para o problema consiste em diferenciar o produto, para que ele se torne específico.

2.4 O desenvolvimento como fim dos processos de articulação territorial

A abordagem do desenvolvimento com enfoque no território se consolidou a partir da década de 1980, a partir das contribuições da literatura neommarshalliana, ao destacar uma relação direta entre os atores sociais e a formação de sistemas produtivos territorializados, em especial, em regiões italianas.

Lévesque (2010) sintetiza as linhas de argumentação reconhecidas mundialmente como referências nas reflexões sobre desenvolvimento territorial, buscando as principais convergências, assim sintetizando: (i) o desenvolvimento territorial representa, ao mesmo tempo, um novo discurso acadêmico que supera os enfoques tradicionais sobre desenvolvimento local e regional e um novo discurso social, designando novas realidades socioeconômicas, especialmente novas relações entre economia e território: (ii) a concepção sobre desenvolvimento territorial corresponde a um novo paradigma científico que nos permite levar em conta as dimensões econômicas, sociais e ambientais, o que supõe a superação das fronteiras disciplinares: (iii) o enfoque do desenvolvimento territorial questiona a visão de espaço, típica do modelo de produção fordista, favorecendo uma visão multiescalar e multidimensional do desenvolvimento.



Tais reflexões reafirmam posicionamento aqui assumido, quanto à concepção sobre desenvolvimento territorial, seguindo Dallabrida (2015; 2016b): um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

3. Contextualização de experiências

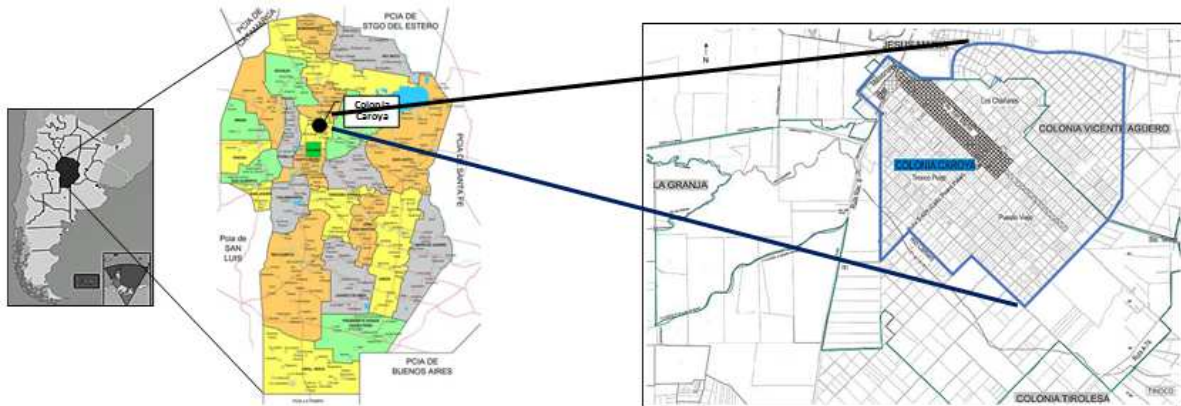
3.1 A experiência de Indicação Geográfica Salame Colonia Caroya (ARGENTINA)

A municipalidade de Colonia Caroya está situada a 50 km ao norte de Córdoba e conta uma população de 20.400 habitantes. Sua origem remonta à segunda metade do Século XIX, quando, durante o processo de reorganização política e econômica da Argentina, se desenvolveu políticas para fomentar e facilitar a imigração europeia. Assim, em 1878 chegaram ao lugar conhecido como Estancia Caroya aproximadamente 60 famílias de imigrantes italianos, procedentes das regiões de Friuli-Veneza Giulia e de Vêneto (noroeste da Itália).

As etapas da instalação da colônia requereram tarefas de aterragem, nivelamento e construção de sistemas de irrigação por gravidade, até alcançar atualmente uma área em torno de 18.000 ha, constituída por parcelas de 2 a 24 ha. As condições edafoclimáticas facilitaram a ampliação de cultivos intensivos e em menor medida extensivos, a saber, cereais e frutas. Os principais cultivos foram os frutais e as vinhas, a partir das quais se elabora o vinho. Ver na Figura 1, a localização.



Figura 1: Localização da municipalidade e cidade de Caroya (Argentina)



Fonte: Documento de Solicitud de reconocimiento de la IG Salame Colonia Caroya

Desde o princípio, os colonizadores criavam suínos e bovinos para o consumo familiar. Como a maior parte dos imigrantes italianos, a família preparava embutidos que faziam e ainda fazem parte dos saberes e práticas, familiares e sociais. Até a atualidade, os embutidos são variados, tais como o presunto, a copa, a morcela e o toucinho, e entre eles, dois produtos que estão associados à cultura do norte da Itália: o *codeguin*⁶ e o salame.

Dado que a carneada⁷ se constitui um evento social em que participam toda a família e vizinhos, a organização grupal das tarefas facilitou a difusão dos saberes ligados à elaboração de embutidos e entre eles o salame. A etapa mais importante e decisiva para a elaboração de um salame típico de Colonia Caroya é a maturação, no sótão (porão). Esta habitação subterrânea foi parte da arquitetura tradicional das casas construídas pelos imigrantes friulanos e seus descendentes. Generalizou-se assim a utilização de uma receita compartilhada pela comunidade local e uma definição de como é o salame próprio de Colonia Caroya. Ou seja, se desenvolveu um processo de localização e de especificação da qualidade do salame local, ou dito de outra maneira, a emergência de sua tipicidade territorial.

A carneada destinada ao autoconsumo predominou durante a primeira metade do Século XX. Nesta etapa, os volumes de salame comercializados se limitavam a

⁶ Uma linguiça gelatinosa feita com a pele do porco e sua carne, degustada depois de cozida e cortada em rodela.

⁷ Nome com o qual se denomina o processo de abate, de preparo da carne suína e bovina e seu processamento.



vendas de proximidade, a vizinhos e conhecidos. Uma etapa posterior se caracteriza pela aparição de uma produção comercial de salame. Os primeiros passos marcaram a elaboração do salame na forma de empreendimentos em pequenas escalas, unicamente nos meses de inverno e princípio da primavera.

O início das atividades da fábrica de embutidos - "Embutidos Caroya" -, em 1952, constituiu-se em uma forte inovação frente às produções familiares, com a incorporação de equipamentos de refrigeração. Nesta mesma época, uma crise econômica, por perda da produtividade das vinhas, estimulou os produtores a gerarem rendas a partir de outras atividades. Assim, alguns deles se dedicaram a fabricar ladrilhos ou cerâmica, e outros, a produção de salame. Em princípios da década de 1980, com a recomposição da produtividade das vinhas, algumas famílias deixaram de fabricar salame para priorizar a atividade agrícola. No entanto, na década de 1970, um fenômeno similar iria ter idênticas consequências. Em 1976, por causa de perda da produção vinícola surgem vários empreendimentos familiares de produção de salame. Nesta oportunidade, dois dos empreendimentos começaram a elaborar salame durante o ano todo⁸.

Esta produção de tipo comercial se orientou não só a satisfazer a demanda local, senão também a de transeuntes da *Ruta Nacional N. 9* e visitantes da zona turística do *Valle de Punilla*, distante em torno de 100 km de Colonia Caroya, e em torno de 50 km de Córdoba, capital da Província e segunda cidade mais importante da Argentina, hoje com em torno de 1.500.000 habitantes. Em fins da década de 1970, as produções comerciais se estabilizaram e começaram a reconhecer-se como um setor comercial. Nesse contexto, em setembro de 1979, por iniciativa de um grupo de amigos do clube *Juventud Agraria Colon*, se decidiu organizar a "festa do salame caseiro", com o fim de difundir e manter vigente a tradição friulana e o indiscutível prestígio do salame de Colonia Caroya. O auge da produção comercial de salame e sua projeção nacional se registra a partir da década de 1990, quando se começa a instalar pontos de venda ao longo da Ruta N. 9, os quais se multiplicaram de forma exponencial na última década.

Isso tem implicações nos volumes produzidos, dado que em 2011 se registravam aproximadamente trinta empresas elaboradoras de salame, as quais ofereciam volumes próximos a 750 toneladas de salame fresco por ano, faturando o

⁸ Informação recolhida em entrevistas com lideranças locais, durante o ano de 2012.



equivalente a nove milhões de dólares (BOUÉ e CHAMPREDONDE, 2014), como o tipo de instalações, em máquinas empregadas e nas práticas produtivas mobilizadas na elaboração e maturação do salame. No que se refere às instalações, implicou na instalação de salas de elaboração azulejadas, maquinarias de aço inoxidável e câmaras de refrigeração. Com respeito aos insumos, alguns elaboradores incorporaram parcialmente o uso de ligantes (glúten e outras proteínas vegetais), de fosfatos e de bactérias arrancadoras. Nos últimos anos se incorporou também o uso de tripa artificial e substituição parcial das naturais e o embalagem à vácuo do produto final. Alguns elaboradores substituíram o sótão por câmaras industriais.

As consequências da grande notoriedade do salame nacionalmente e a crescente industrialização da produção local, conduziu, por um lado, à usurpação do nome por parte de produtores extraterritoriais, em produtos oferecidos em todo o país. Por outro lado, ocorreu também a elaboração de produtos locais de baixa qualidade, o que não corresponde com o que a população local considerava e consideram ser um salame tradicional (denominado em términos de auto-usurpación por Champredonde et al., 2010).

Diante dos problemas de usurpação externa e mesmo local, em 2006, o município de Colonia Caroya e alguns produtores locais elaboraram uma primeira solicitação de reconhecimento de uma Denominação de Origem. A fragilidade do documento e a falta de um contexto normativo nacional em vigor, fez com que essa iniciativa frustrasse. No entanto, em fins de 2008, o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) e a municipalidade local, junto com elaboradores de salame, começaram um novo processo de construção, desta vez, de uma Indicação Geográfica⁹. Com a colaboração de instituições internacionais como o RIMISP e FAO, e nacionais, como a Universidad de Quilmes e o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), logrou-se, finalmente, em outubro de 2013 o reconhecimento da IG, colocada em funcionamento em março de 2014.

⁹ Na Argentina, não se utiliza as mesmas categorias que no Brasil, atribuídas aos produtos com distinção e especificidade. Enquanto Indicação Geográfica, no Brasil, indica nome genérico, onde inclui as tipologias de Indicação de Procedência e Denominação de Origem, na Argentina é o instituto legal para produtos típicos, além de sua relação com um território. Ver esclarecimentos sobre o tema em Champredonde (2016).



3.2 A tradição histórica em produtos cárneos suínos no Meio-Oeste Catarinense

A colonização do Meio Oeste Catarinense ocorreu no início do Século XX, por descendentes de italianos e alemães. Caracterizou-se pela pequena propriedade rural, com trabalho familiar, associada à produção de vegetais, principalmente milho e à criação de animais, especialmente suínos. Assim, criar suínos é histórico e faz parte da cultura popular dos imigrantes e descendentes. Além da carne suína para consumo doméstico, produziam-se os derivados, tais como, o salame, fazendo parte até hoje da dieta alimentar das famílias rurais do referido recorte territorial.

Desde a década 1940 constituíram-se os complexos agroindustriais no Meio-Oeste Catarinense, atuando vinculados em regimes de integração agroindustrial¹⁰ com agricultores e, mais recentemente, com empresários rurais. Trata-se de um modelo de produção caracterizado pela policultura subordinada à suinocultura (TESTA et al., 1996). Decorrente da tradição na produção de suínos e aves, desde a década de 1960, instalaram-se na região, algumas das maiores empresas de processamento de carnes, que atualmente se destacam entre as principais na América Latina (SPÍNDOLA, 1999).

Devido ao destaque na produção de suínos, no ano de 1975, foi instalado no município de Concórdia (SC) o Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Dentre os objetivos, está o de contribuir na qualificação sanitária, melhoramento genético, saúde e nutrição animal.

Com a reorganização produtiva agroindustrial ocorrida a partir da década de 1980, para elevar a produtividade suinícola, apenas alguns produtores conseguiram se inserir na produção em escala, tendo como consequência um intenso processo de exclusão dos que não conseguiram se adequar. Testa et al. (1996) constataram que em 1980 existiam 67.000 suinocultores, dos quais restaram cerca de 20.000, em 1995, com tendência de concentração ainda maior nos anos subsequentes. Esse processo

¹⁰ É a forma e/ou modalidade contratual entre as agroindústrias e os agricultores, em que as estas fornecem os insumos, assistência técnica e difusão tecnológica aos agricultores e estes disponibilizam as instalações, a água e mão de obra. Quando os animais estão prontos para o abate, as agroindústrias adquirem a produção, condicionando os preços aos valores de mercado.



segue uma tendência internacional, com produção em escala, diminuição de propriedades rurais, uso de agroquímicos e intensa produção de resíduos, resultante do processo produtivo (GUIVANT, 1980). O resultado, no caso da região em referência, foi um intenso processo de desintegração socioeconômica.

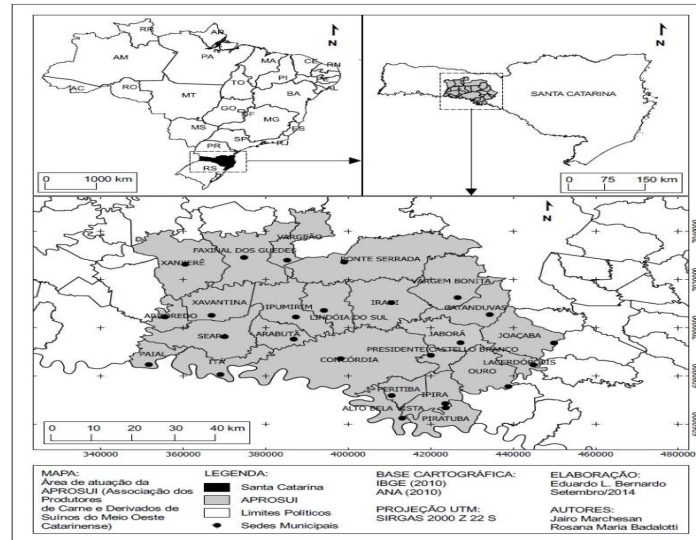
No entanto, paralelamente ao processo de integração agroindustrial junto às grandes agroindústrias, pequenos produtores que não se inseriram na integração, mantiveram sua tradição em produzir suínos e transformá-los em produtos diferenciados e de qualidade, mantendo em parte a tradição histórica de produtos artesanais.

Uma das estratégias, no ano de 2012, foi a constituição da Associação de Produtores de Carne e Derivados de Suínos do Meio-Oeste Catarinense (Aprosui). Articulados pela Aprosui, entre 2012 e 2016 ocorreram workshops, reuniões de discussões, com a participação de representantes de cooperativas, de pequenas agroindústrias, produtores de suínos, de instituições públicas, técnicos e outras pessoas direta e indiretamente envolvidas com cadeia da suinocultura regional.

Considerando a manutenção da tradição regional na produção de suínos, e resultante do processo de articulação de pequenos produtores junto à Aprosui, uma das propostas defendidas foi a possibilidade de viabilizar o instituto da Indicação Geográfica para produtos cárneos suínos, em especial, no território do Meio-Oeste Catarinense (conf. Figura 2). Como estratégia de especificidade, uma das ideias é recuperar a genética de suínos introduzidos quando do processo de colonização da região, com melhoramento genético, além de reduzir ou eliminar a utilização de insumos agroquímicos. A perspectiva é que a Indicação Geográfica possa contribuir para valorizar e agregar valor aos produtos cárneos suínos dos pequenos produtores, mantendo a tradição de produção, estimulando o turismo regional vinculado à gastronomia e, em especial, viabilizando a possibilidade de sobrevivência no meio rural de centenas de agricultores.



Figura 2: Mapa de Localização da área de atuação da Aprosui



Fonte: Elaboração - Eduardo L. Bernardo (setembro/2014)

O Meio-Oeste Catarinense é constituído por 25 municípios, com uma área territorial de aproximadamente 5.780.782 km². Neste recorte territorial, a partir de 2010, suinocultores marginalizados pelo processo produtivo agroindustrial e representantes de classe, buscaram pensar estratégias de resistência.

Apesar de existirem alguns fatores necessários à constituição de uma IG na referida região, o processo de organização ainda é muito insipiente, envolvendo um pequeno número de interessados, sem ainda terem uma estratégia de ação definida, necessitando ainda de mais discussões e avanços.

4. Análises e Discussões

4.1 A especificidade/tipicidade como fator viabilizador da IG Salame Colonia Caroya

O desafio central na construção de toda a Indicação Geográfica é identificar e destacar a qualidade específica do produto local e seu vínculo com o território. No caso da IG Salame de Colonia Caroya, os trabalhos de investigação e as oficinas com os produtores permitiram, inicialmente, constatar que existia um salame típico, próprio de Colonia Caroya, diferenciável pela população local, frente a outros produtos



similares. Em seguida, estabeleceu-se como é o salame típico e, a partir disso, acordar com que insumos, práticas e com quais ferramentas se o obtém o mesmo.

Na Figura 3 estão delineados sinteticamente os aspectos relacionados à definição da tipicidade do salame de Caroya. Interpretando, é possível se observar que: (i) no primeiro quadro, o processo de seleção da matéria-prima e elaboração artesanal do produto; (ii) no segundo e terceiro, a importância do acondicionamento no sótão, com controle de temperatura, tempo de permanência, a fim de atender às exigências sanitárias, considerando o manejo necessário de fungos e bactérias; (iii) o quarto, o produto na sua fase final de preparação, com no mínimo 21 dias de acondicionamento no sótão, pronto para o consumo; (iv) o quinto e sexto quadro, a referência quanto à importância do preparo para degustação e os acompanhamentos recomendados para o consumo final (combinação de pão caseiro, queijo e vinho).

Figura 3- Aspectos implicados na elaboração e divulgação do Salame Típico de Caroya



Fonte: Adaptação e montagem, a partir de fotos tiradas por um dos autores (2016/2017)

Para se chegar ao salame típico de Colônia Coroya, segundo relato de um dos autores que acompanharam o processo de tipificação, com vistas ao reconhecimento da IG, exigiu um longo processo de articulação, compreendendo várias ações, com



destaque para três delas consideradas essenciais: (i) adequações em relação ao salame feito pelos antepassados, quanto à proporção de carnes suína e bovina, proporção de gordura, padronização da grossura e tamanho da peça, tempo mínimo e máximo de maturação no sótão, uso de material de acondicionamento (natural ou sintético), uso de ingredientes químicos ou temperos legalmente permitidos, mas que não desconfigurassem a tipicidade; (ii) realização de pesquisas no local com os produtores de salame, para identificar as características comuns do salame beneficiado e comercializado localmente; (iii) realização de ensaios técnicos no processo de elaboração do salame, quanto ao tipo e quantidade de ingredientes e aditivos; (iv) por fim, realização de exercícios de degustação, respeitando critérios de cientificidade quanto à aleatoriedade e transparência, utilizando-se técnicos e degustadores especializados, para se definir a tipicidade do salame.

Só depois desse processo concluído, e consensuada entre os produtores locais a tipologia e tipicidade do salame de Coroya, é que foram elaborados os regulamentos e normas exigidas para a solicitação do reconhecimento do produto com o selo de IG. Com isso, o reconhecimento legal ocorreu em 2013, depois de um período de mais de cinco anos, de articulação, estudos e conciliação de interesses locais.

Tais procedimentos são fundamentais, tanto para a manutenção da tipicidade, quanto para o atendimento das exigências de ordem sanitária e de qualidade. O processo de construção da IG implicou acordar que: (i) o uso de uma receita comum, compreendida por carne suína e bovina em partes iguais, toucinho suíno, alho, vinho branco, pimenta e sal; (ii) os produtos químicos aceitos são o nitrato e o fosfato; (iii) a maturação deve ser realizada exclusivamente em sótão e por um período mínimo de, pelo menos, 21 dias; (iv) deve-se assegurar a rastreabilidade, desde os insumos até o produto final e a medição de PH nas etapas iniciais da maturação do salame.

As investigações e as oficinas de avaliação sensorial de produtos comerciais mostraram um potencial de utilização do selo por parte de pelo menos seis elaboradores e, eventualmente, até 11 dos trinta produtores inscritos no registro municipal. Estes representavam entre 8 e 17% da produção total (BOUÉ e CHAMPREDONDE, 2014). Atualmente, somente quatro elaboradores locais utilizam o selo de IG, em função das exigências acordadas para o salame típico.



4.2 Um comparativo preliminar entre as duas experiências

Para que a análise pudesse estar mais focada, optou-se por tomar alguns aspectos possíveis de serem observados nos dois casos, seja no processo de acompanhamento, ou nas visitas e entrevistas realizadas recentemente¹¹. Assim, foram aludidos cinco aspectos: (i) a trajetória histórica e a tradição em produtos cárneos suínos; (ii) avaliação quanto à tipicidade do(s) produtos; (iii) avaliação quanto aos fatores que contribuem para manutenção da notoriedade e a sustentabilidade socioeconômica do setor; (iv) desafios de ordem legal, organizacional e outros. Os aspectos estão sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1- Elementos comuns e diferenciais nos dois casos analisados

| Aspectos e casos | Síntese em relação ao aspecto |
|--|---|
| Trajétória histórica e tradição | |
| Colônia Caroya | A municipalidade se originou na chegada de imigrantes do norte da Itália, em 1878. Destacaram-se, inicialmente, pela construção de um sistema complexo de canais de irrigação, que serviram para cultivos intensivos de cereais e frutas. Outra atividade implantada, até hoje tradicional, é a produção da uva para o fabrico do vinho. Paralelamente, dedicaram-se à criação de aves, gado bovino e suíno. O gado bovino e suíno destinava-se, em especial, à elaboração de embutidos, para o consumo familiar. Disso, resultou a tradição na produção de um salame típico, elaborado com temperos caseiros e acondicionado em sôtãos para sua maturação e conservação. O salame originou-se da bagagem cultural da tradição friulana (imigrantes vindos da região de Friuli, na Itália), no entanto, com o tempo, passou por adaptações. |
| Meio-Oeste Catarinense | O território do Meio Oeste Catarinense foi colonizado por descendentes de imigrantes italianos e alemães provenientes do Estado do Rio Grande do Sul a partir da década de 1920 do século passado. Primeiramente, os colonizadores produziam animais domésticos, como, por exemplo, suínos e produtos agrícolas para a subsistência. Portanto, os descendentes de imigrantes possuíam técnicas de produção e manejo dos animais. Além disso, sabiam produzir derivados da carne suína, tais como, salame, torresmo, queijo de porco e outros produtos que fazem parte até hoje da dieta alimentar das famílias rurais do referido recorte territorial. A partir da década de 1940 são instalados os primeiros frigoríficos, provocando um reordenamento produtivo, que, a partir da década de 1980, gerou exclusão socioeconômica dos suinocultores do referido território. Por isso, os suinocultores excluídos do processo produtivo passaram a se organizar, na perspectiva de recuperar saberes e práticas dos primeiros colonizadores e potencializá-las. Uma das estratégias pensadas é a IG. |
| Tipicidade de produtos | |
| Colônia Caroya | A evolução tecnológica, das formas de produzir, instalações, insumos e práticas comerciais, originou uma diversidade de produtos, oferecidos no mercado com o codinome de salame de Colônia Caroya. No entanto, no decorrer dos últimos anos, com a intenção de solicitar o reconhecimento da Indicação Geográfica para o salame típico, foi necessário fazer padronizações no produto, ensaios técnicos para definir cientificamente sua tipicidade, conforme descrito neste texto. Hoje, é possível reconhecer a tipicidade do salame local, tanto no processo de produção, visual e sensorialmente. Percebe-se a preocupação em controlar a tipicidade definida para o salame, pelo acompanhamento técnico constante, o |

¹¹ No caso catarinense, os contatos e observações foram realizadas em duas oportunidades, nos anos de 2015 e 2016, por dois dos autores deste texto. Já no caso de Colônia Caroya, as visitas e entrevistas foram realizadas nos dias 18 e 19/05/2017, além do fato de que um dos autores atuou como articulador do processo de organização da IG.



| | |
|---|---|
| | que condiciona o uso do selo da IG, ou não, caso o produto não se enquadre nos padrões definidos. Com isso, Caroya tem um produto com especificidade, com tradição história e reconhecimento regional e nacional. Mesmo assim, permanece o desafio da sociedade local preservar tal reconhecimento como parte importante do patrimônio cultural. |
| Meio-Oeste Catarinense | Com a instalação de agroindústrias no território do Meio Oeste Catarinense, a produção de suínos foi sendo estrategicamente ampliada e direcionada para atender as demandas industriais. Com isso, de certa forma, saberes, conhecimentos e práticas dos antepassados foi sendo desprezada ou desconsiderada nos produtos industrializados. No entanto, alguns habitantes do espaço rural do referido território continuam fazendo produtos (salames, defumados, queijo de porco, torresmo e outros) com o saber-fazer dos antepassados, mantendo a qualidade. |
| Fatores que contribuem para a notoriedade e a sustentabilidade socioeconômica do setor | |
| Colônia Caroya | Fatores de ordem climática, como exemplo de um clima continental, com inverno seco e frio (médias mensais entre 7 a 10°C) no caso de Caroya, facilitam a elaboração do salame, em especial no controle da microflora fúngica, o que contribui para ressaltar sua tipicidade. A produção nos meses de verão exige controle mecânico de umidade e temperatura. Em geral, se percebe um vínculo humano com a atividade, o salame fazendo parte da tradição local, a ponte de analistas locais considerarem que a IG implica a passagem de uma qualidade herdada, para uma qualidade construída, baseada nos saberes e práticas herdadas dos antepassados e preservadas historicamente pelos caroyenses. Institucionalmente, percebe-se o apoio da municipalidade local, bem como, existência de um mercado consumidor local e regional, histórico e atual. Organizacionalmente, com a constituição da IG, os produtores estão articulados junto a uma associação que os representa local e externamente. |
| Meio-Oeste Catarinense | O clima do Meio Oeste Catarinense é subtropical do tipo mesotérmico com quatro estações relativamente bem definidas, com verões quentes e invernos rigorosos. Está presente entre os agricultores e suinocultores saberes e práticas em relação ao salame. A região tem solos de qualidade e autonomia para a produção de grãos, principalmente milho que é matéria prima na alimentação dos animais. Há apoio Institucional da municipalidade e Universidade no processo de construção de uma Indicação Geográfica. Além disso, há demanda por produtos diferenciados e qualificados, ou seja, produtos de tipo coloniais e que não passem pelo processo majoritário de industrialização utilizado pelas grandes empresas presentes na região. |
| Desafios de ordem legal, organizacional e outros | |
| Colônia Caroya | Tal como se havia sido diagnosticado inicialmente, o selo de IG só pode ser utilizado por uma parte dos elaboradores. O problema parece residir nas imposições que devem ser cumpridas para comunicar a IG, associadas a benefícios muito escassos. A alegação dos que desistiram é que, mesmo não atendendo todas as exigências atribuídas ao produto com IG, eles conseguem se manter no mercado, devido ao constante aumento do consumo, e ainda não existir uma distinção acentuada de preços entre produtos com e sem IG. Há uma compreensão no mercado de que todos os produtos produzidos em Caroya têm características semelhantes, logo, todos tem notoriedade. De qualquer forma, a sustentabilidade socioeconômica da IG, exige um reposicionamento do setor, além da necessidade de empoderar-se e assumir o processo. Reconhecem os entrevistados que ainda há desconhecimento da sociedade sobre o que é IG. Isso exige que se venha a fortalecer vínculos entre a população local e a IG, ou seja, assumir a IG socialmente. Permanecem limites do município para fiscalizar o setor, ou desinteresse em função do custo político, com o que nem toda a produção de salame local atende às exigências legais, em especial, quanto às instalações para o abate dos animais. Por outro lado, no setor empresarial, permanece o debate entre o sistema de produção do salame artesanalmente (com uso do sótão) e a produção que atenda todas as normas legais, logo, produzidas com o acompanhamento do setor sanitário nacional. Com base no diagnóstico sobre a debilidade do mercado para estimular o uso da IG, e o objetivo de preservar um bem comum dos caroyenses, a geração de estímulos para a preservação do patrimônio, parece remeter à geração de políticas específicas por parte do Município de Caroya, devendo orientar-se, por um lado, a melhorar a comunicação do que significa IG, local, regional e nacionalmente, além de estabelecer controles sanitários a todos os elaboradores, para colocá-los em igualdade com quem utiliza a IG, apoiar com estratégias de marketing, conjuntamente com os elaboradores e assegurar a animação do coletivo. |
| Meio-Oeste | Um dos principais desafios no caso do Meio-Oeste é definir uma estratégia consensuada em |



| | |
|--------------------|---|
| Catarinense | termos de tipicidade de produto(s), o(s) qual(is) possa(m) obter o reconhecimento como IG, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Na sequência, a tarefa é superar aspectos culturais individualistas para empreender perspectivas associativistas ou cooperativistas de produção e distribuição. Outro desafio é recuperar saberes antigos em termos de tipicidade de produtos que, mesmo mantendo a tradição, atendam aos padrões de qualidade e as demandas de mercado. Além disso, é preciso ter paciência histórica dos envolvidos no processo, minimizando atitudes que buscam vislumbrar negócios e retornos econômicos rápidos. É importante refletir regionalmente com os envolvidos na produção em pequena escala de produtos cárneos suínos, a fim de entenderem que a construção, encaminhamentos, ajustes e implementação de uma IG requer diálogo, paciência, convergências de interesses e produtos de qualidade e quantidades demandadas. |
|--------------------|---|

Fonte: Elaboração pelos autores (2017)

5 Considerações Finais

Considerando o território como um espaço geográfico em que se mesclam relações de conflito e cooperação, contribuir com o desenvolvimento territorial através da valorização de ativos e recursos territoriais, implica apostar na sinergia dos atores locais. A finalidade destas ações coletivas se orienta em uma primeira etapa a identificar as especificidades e os padrões do processo produtivo e do produto e, como segunda, colocar em evidência ditas especificidades em processos de diferenciação, ou especificação de ativos e recursos.

As Indicações Geográficas constituem-se em ferramentas adequadas para comunicar qualidade específica de um produto local, vinculada ao território. No caso de Colonia Caroya, os atores locais, com ajuda de instituições de investigação e desenvolvimento puderam identificar especificidades do salame típico e construir uma solicitação de reconhecimento de uma IG para esse produto. Conseguiram também reeditar a festa do salame típico em Colonia Caroya e acentuar a articulação da produção de embutidos com o turismo rural. Os desafios atuais em relação à IG para o coletivo organizado em torno dela é que o público conheça o que significa um produto com IG, para que a diferenciação no mercado se efetive. Por outra parte, faz-se necessário lograr maior adesão de produtores na utilização da IG, para que a oferta de salames com o selo de IG seja maior em volume, dando mais visibilidade social e melhores resultados econômicos.

Em relação à região Meio-Oeste Catarinense, um primeiro desafio dos atores locais será identificar as especificidades ou atributos positivos dos recursos territoriais, próprios dos processos produtivos, e/ou produtos derivados da carne suína, desde a genética suína, as práticas artesanais de pequenos elaboradores que não estão inseridos na dinâmica de produção dos complexos agroindustriais existentes na



região, buscando identificar a existência de produto(s) cárneo de suínos específico do território, que pudesse constituir-se em ativo territorial com potencial de valorização.

A organização incipiente de atores envolvidos na cadeia produtiva local é, também, um desafio a ser superado. Avanços neste sentido permitem imaginar a emergência futura de projetos de diferenciação de produtos do Meio-Oeste Catarinense e, então, a construção de uma IG, no caso de se constatar a presença de um ou mais produtos locais com tipicidade territorial. No caso de não existir um produto com tipicidade territorial, se pode imaginar a diferenciação de embutidos locais, por exemplo, mediante Marcas Coletivas, que destaquem o caráter artesanal de alguns produtos, ou a presença de práticas produtivas convergentes com a preservação ambiental. São alternativas que exigem reativar um processo de reflexão entre os atores envolvidos e a sociedade local, somado à realização de estudos especializados sobre a realidade e acompanhamento institucional das instâncias locais, estaduais e federais brasileiras. Nesta perspectiva, evidentemente, outros estudos serão necessários para o aprofundamento do debate.

Referências

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 11, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

BOUÉ, E.; CHAMPREDONDE, M. Caracterización de la puesta en mercado del Salame de Colonia Caroya en el contexto de la construcción de una Indicación Geográfica como motor de desarrollo. En: URBANO, B. **Researches in Sustainability and Food Safety for the Development**. Madrid: Agencia Internacional Española de Cooperación para el Desarrollo/Universidad de Valladolid, 2014, p. 213-247.

BUSTOS CARA, R. N. Patrimonialización de valores territoriales. Turismo, sistemas productivos y desarrollo local. **Aportes y Transferencias**, ano/vol. 8, n. 2, Universidad del Plata (Argentina), p. 11-24, 2004.

CAMAGNI, R. Territorial Capital and Regional Development. In: CAPELLO, R., and NIJKAMP, P. (eds.). **Urban Dynamics and Growth**. Amsterdam: Elsevier, 2009, p. 121-152.

CHAMPREDONDE, M.; BENEDETTO, A.; CANDUSSI, O.; BUSTOS CARA, R.; Impactos culturales y sociales a partir del proceso para la certificación del Salame de Colonia Caroya mediante una Indicación Geográfica. En: **2º Jornadas Regionales sobre Valorización de productos agroalimentarios con Identidad Territorial y IV Seminario Taller de la Red SIAL Argentina**, Bahía Blanca (Argentina), 2010.



CHAMPREDONDE, M. Tipicidad Territorial: elemento fundacional de la construcción de una denominación de origen. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 1, p. 22-40, jan./jul. 2016.

CHAMPREDONDE, M.; GONZÁLEZ COSIOROVSKI, J. ¿Agregado de Valor o Valorización integral? Reflexiones a partir de Denominaciones de Origen en América Latina. **RIVAR**, IDEA-USACH, Santiago de Chile, v. 3, n. 9, p. 147-172, septiembre/2016.

DALLABRIDA, V. R. Ativos Territoriais, Estratégias de Desenvolvimento e Governança Territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **EURE** (Santiago. En línea), v.42, p.187-212, 2016a.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Territorial**: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: Editora LiberArs, 2014.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L (2º), p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: Editora LiberArs, 2016b.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Identidade Territorial e Desenvolvimento Regional**: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LiberArs, 2013.

DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J.; ROSSETTO, A. M.; FILIPPIM, E. S. Governança nos territórios ou governança territorial: distância entre concepções teóricas e a prática. **Grifos** (UNOESC), v. 25, p. 43-66, 2016.

DALLABRIDA, V. R.; TABASCO, J. P.; PULPÓN, A. R. R. Signos Distintivos Territoriais, Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial: uma primeira apreciação sobre experiências na Espanha e Brasil. In: IX Encontro de Pesquisadores em Gestão Social, **Anais...**, Porto Alegre (RS-Brasil), 2016.

DALLABRIDA, V. R.; TABASCO, J. P.; PULPÓN, A. R. R.; MARCHESAN, J.; NEU, M. F. R.; ABIB, S. W.; BADALOTTI, R. M. Geração de alternativas de desenvolvimento em Santa Catarina (Brasil): os desafios da produção dissociada dos grandes complexos agroindustriais In: VIII Congresso Internacional de Geografia da América Latina: Revisando paradigmas, criando alianças, **Anais...**, Madrid, 2014.

ESPÍNDOLA, Carlos J. C. **As agroindústrias no Brasil**: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 1, p. 221-242, ene.-jun./2017. DOI: 10.15446/rcdg.v26n1.56791.



GUIVANT, J. S. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, Ano I, n. 2, 1º semestre/1998.

LÉVESQUE, B. Comentários às bases teóricas e metodológicas do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável: convergências e aportes específicos. In: VIEIRA, P. H. F. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. 1. ed. Florianópolis: APED/Secco, 2010, p. 77-86.

LOCATELLI, L. (Org.). **Indicações Geográficas: Desafios e perspectivas nos 20 anos da Lei de Propriedade Industrial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale: verso la coscienza di luogo**. Turim: Bollati Boringhieri, 2010.

MAGNAGHI, A. Patrimônio territorial, statuto dei luoghi e valorizzazione delle risorse. In: CORRADO, F. (Org.). **Le risorse territoriali nello sviluppo locale**. Firenze: Alinea, 2005, p. 51-81.

NIEDERLE, P. A. **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79-105, abril/2009.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10–22, jan./dez./2005.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. (Org.). **A construção social da qualidade na produção agroalimentar**. 1. ed. São Paulo: LiberArs, 2014.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

TESTA, V.; NADAL, R.; MIOR, L.; BALDISSERA, I.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** (Prop. para Disc.). Florianópolis: Epagri, 1996.